

## EXERCÍCIO DE 2022

### RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE SUA GESTÃO,

Indicando o atingimento das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, bem como as demais informações financeiras relativas à execução orçamentária.

Em atendimento previsto no art. 3º, inciso IV, alínea “a” da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, apresentamos o relatório circunstanciado da Presidente da Câmara Municipal sobre sua gestão, indicando o atingimento das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, bem como as demais informações financeiras relativas à execução orçamentária do Legislativo Municipal.

#### **1) RESULTADOS ALCANÇADOS:**

A Lei Orçamentária para o exercício de 2022, sob nº 2.370, de 16 de novembro de 2021, fixou a despesa para a Câmara Municipal de Vereadores de Vista Alegre em R\$ **1.000.000,00**, em conformidade com as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual de Investimentos.

A execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, atendeu aos ditames legais, ficando demonstrada no Balanço da Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, e conforme segue:

#### **1.1) Execução Orçamentária:**

Do exercício atual

Dotação Inicial	1.000.000,00
Empenhado	913.878,35
Liquidado	913.878,35
Pago	913.878,35
Saldo à Liquidar	0,00
Saldo à Pagar	0,00

Do exercício anterior

Empenhado	0,00
Liquidado	0,00
Pago	0,00

### **1.2) Disponibilidades Financeiras:**

Do exercício atual

Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
-------------------------------	------

Do exercício anterior

Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
-------------------------------	------

### **1.3) Despesas a Pagar:**

Saldo a Pagar	0,00
---------------	------

## **2) LIMITES CONSTITUCIONAIS DO LEGISLATIVO (Artigo 29 da Constituição Federal)**

Número de Habitantes (IBGE)	2726
Número de Vereadores	9
Número da Lei que fixou o Subsídio	2.274, de 11.08.2020

**2.1) VERIFICAÇÃO DO LIMITE LEGAL CONFORME DISPOSTO NO INCISO VI DO ARTIGO 29 DA CF** (Municípios de até 10.000 habitantes, **subsídio máximo:** 20% dos Deputados Estaduais).

Mês	Subsídio deputado estadual – RS (A)	Subsídio máximo vereador (B) 20% sobre (A)	Subsídio fixado vereador (C)	Excesso ao Subsídio máximo (C > b)
Janeiro	25.322,25	5.064,45	3.722,55	0,00
Fevereiro	25.322,25	5.064,45	3.722,55	0,00
Março	25.322,25	5.064,45	3.722,55	0,00
Abril	25.322,25	5.064,45	3.722,55	0,00
Maiο	25.322,25	5.064,45	3.722,55	0,00
Junho	25.322,25	5.064,45	3.722,55	0,00
Julho	25.322,25	5.064,45	3.722,55	0,00
Agosto	25.322,25	5.064,45	3.722,55	0,00
Setembro	25.322,25	5.064,45	3.722,55	0,00
Outubro	25.322,25	5.064,45	3.722,55	0,00
Novembro	25.322,25	5.064,45	3.722,55	0,00
Dezembro	25.322,25	5.064,45	3.722,55	0,00
13º subsídio	25.322,25	5.064,45	3.722,55	0,00

**2.2) RECEITA DO MUNICÍPIO – BASE DE CÁLCULO DO INCISO VII DO ARTIGO 29 DA CF**

Receita Total do Município	24.691.726,55
----------------------------	---------------

### 2.3) REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

31.90.11.74.00.00	Subsídios	419.891,68
31.90.11.75.00.00	Representação Mensal	0,00
31.90.13.02.03.00	INSS Agentes Políticos	98.518,65
31.90.16.04.00.00	Convocação Extra (Recesso)	0,00
Total das Contas Despesa		518.410,33
Restos a Pagar Não Processados		0,00
Total da Remuneração de Vereadores		518.410,33

### 2.4) VERIFICAÇÃO DO LIMITE LEGAL CONFORME DISPOSTO NO INCISO VII DO ARTIGO 29 DA CF

Receita total do município	24.691.726,55
Limite legal – Inciso VII do art. 29 da CF (5% s/receita total do município)	1.234.586,33
Total da remuneração dos vereadores	518.410,33
Percentual do total da remuneração de vereadores sobre a receita total do Município	2,10%

### 3) DEMONSTRATIVO DOS GASTOS TOTAIS DO LEGISLATIVO (Emenda Constitucional nº 25)

3.1) RECEITA REALIZADA NO EXERCÍCIO ANTERIOR - 2021  
(Municípios de até 100.000 habitantes, **total da despesa câmara:** 7% da Receita Tributária, de Transferência de impostos, de multas de receita tributária e de dívida ativa da receita tributária, realizada no exercício anterior):

Total da Receita Base de cálculo para 2022	20.109.699,61	RREA do Ano de 2021
Valor equivalente a 7% (total a ser gasto em 2022)	1.407.678,97	100,00% da arrecadação
Máximo de despesa com folha de pagamento em relação à receita p/2022	985.375,28	70,00% da arrecadação
Valor gasto em despesa com folha de pagamento em 2022 (até 70%)	666.434,66	47,34% da arrecadação
Valor dos gastos totais em 2022 (até 7%)	913.878,35	4,33% s/RREA

Despesas Correntes	875.416,33
Despesas de Capital	38.462,02
<b>Total das despesas</b>	<b>913.878,35</b>

Conforme registrado nos valores acima, no exercício, foi atendido ao preceituado na EC 25, em relação aos limites de despesa da Câmara.

#### **4) DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL DO LEGISLATIVO (LRF, artigo 20)**

##### **4.1) FOLHA DE PAGAMENTO (JANEIRO A DEZEMBRO)**

3.1.0.0.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	666.434,66
Total		666.434,66

##### **Deduções Despesas**

3.1.90.11.75.00.00.00	Representação mensal	0,00
Total		0,00

Receita Corrente Líquida dos Últimos 12 meses	23.392.749,64
Despesa Líquida com Pessoal nos Últimos 12 meses	666.434,66
Percentagem sobre a RCL	2,85%

Os dispositivos da Lei 101/2000 (LRF), em relação as despesas com pessoal, foram cumpridos, uma vez que o índice de gasto com essa despesa, sobre a RCL foi de 2,85%, do total permitido de 6%.

As metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual e demais legislação pertinente, foram alcançadas.

É relevante, também destacar, em relação ao disposto na Lei Federal nº 4.320/1964, que todas as despesas foram escrituradas em conformidade com as normas previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, uma vez que:

- a) A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado;
- b) Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação da Lei Federal nº 4.320/1964 e Normas Complementares disciplinadoras da despesa pública;
- c) Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos artigos. 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/1964;
- d) As notas de empenhos e ordens de pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil, tais como: notas fiscais, recibos e/ou faturas, nos termos da legislação vigente.

Ainda, face ao princípio da transparência, insculpido na Constituição Federal, julgamos de fundamental relevância informar, sucintamente, o resultado da atividade legislativa exercida pela Câmara de Vereadores no presente exercício, conforme segue:

O Poder Legislativo do Município de Vista Alegre reuniu-se num total de 36 (trinta e seis) sessões, assim distribuídas:

- ▶ 31 Sessões Ordinárias foram realizadas;
- ▶ 04 Sessões Extraordinárias;
- ▶ 01 Sessão Solene.

Dessas sessões resultaram as seguintes deliberações:

- ▶ 16 Decretos Legislativos aprovados pela Plenário e promulgado;
- ▶ 07 Resoluções aprovadas pelo Plenário e promulgadas;
- ▶ 102 Projetos de Lei recebidos do Poder Executivo Municipal, sendo:
- ▶ 96 aprovados, em 06 foram incluídas emendas;
- ▶ 01 retirado pelo Executivo Municipal; e
- ▶ 04 rejeitados;
- ▶ 04 Projetos de lei de iniciativa do Legislativo, sancionados pelo executivo;

Ações administrativas, parlamentares e de utilidade pública:

- ▶ 71 Correspondências (ofícios) foram expedidas;
- ▶ 72 Proposições foram apresentadas pelos Senhores Vereadores sem rejeição pelo plenário;
- ▶ 03 Pedidos de Informações encaminhadas ao Poder Executivo;
- ▶ 07 Requerimentos apresentados;
- ▶ 62 Pedidos de Providências apresentados.

Atividades da Mesa Diretora e comissões:

- ▶ 105 Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, com a elaboração de 105 pareceres;
- ▶ 106 Reuniões da Comissão de Orçamento e Finanças, com a elaboração de 106 pareceres;
- ▶ 08 Audiências Públicas foram realizada, para discussão dos seguintes assuntos:
  - ▶ 03 para Apresentação dos Relatórios quadrimestrais da saúde;
  - ▶ 03 para Avaliação das Metas Fiscais quadrimestrais;
  - ▶ 01 para Apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;
  - ▶ 01 para Apresentação do Projeto de Lei de Orçamento;
- ▶ 01 Resolução da Mesa disciplinando questões e procedimentos administrativos da Secretaria da Câmara.
- ▶ 01 Moção de Apelo; e
- ▶ 01 moção de repudio.

Não Foi instalada Comissão Parlamentar de Inquérito

Informamos que, durante o exercício de 2022, o Poder Legislativo Municipal esteve sob a Presidência da Vereadora Andréia Maria Piaia, Vice-Presidente o Vereador Vilson Albino Zanatta, 1º Secretário o Vereador Jairton de Cezaro e 2º Secretário o Vereador Elcio Francisco Basso.

O relatório demonstra os principais aspectos da Gestão da Câmara de Vereadores de Vista Alegre no presente exercício, cujos resultados, em termos orçamentários e financeiros, estão consolidados nas peças que constituem o Balanço Geral do Município, já encaminhado a esta Corte de Contas.

A documentação comprobatória dos atos e fatos ora relatados encontra-se a disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários, na Câmara Municipal.

O Poder Legislativo, como um dos integrantes dos três poderes presentes na administração pública brasileira, no âmbito municipal exerceu sua principal função, qual seja,

legislar, isto é, propor leis, mas também realizou a fiscalização das as ações que são realizadas pelo Executivo Municipal (Prefeitura).

Mais uma vez ressaltamos que s metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual e demais legislação pertinente, foram atingidas.

Vista Alegre, 31 de dezembro de 2022.

Ismael Antonio Dal Piva  
Contador  
CRC RS 48.766/O

Andréia Maria Piaia  
Presidente do Legislativo Municipal  
CPF 004.436.280-33